

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO – DEPE
CENTRO TÉCNICO ECONÔMICO DE ASSESSORIA EMPRESARIAL – CTAE**

**ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA
DE UMA PEQUENA INDÚSTRIA**

Professores do CTAE

Material para uso exclusivo do DEPE

F² .2-7.74-300/14

1974

O BALANÇO

O Balanço é o ponto de partida para uma empresa proceder a uma análise de sua situação econômico-financeira.

O Balanço patrimonial apresenta a posição das diversas contas que o compõem, no momento em que foram levantados esses dados. O patrimônio é apresentado em dois conjuntos de contas, a saber:

- Contas do “Ativo”, indicando onde estão aplicados os recursos utilizados pela empresa (caixa, bancos, contas a receber (créditos), estoques, construções, máquinas, equipamentos, ferramentas, etc...).
- Contas do “passivo”, indicando as diversas fontes dos recursos aplicados na empresa (créditos de fornecedores, créditos fiscais, créditos bancários, hipotecas, capital próprio, lucros, etc....)

ANÁLISE PRELIMINAR

Antes de se proceder à análise econômico-financeira da empresa, cujo ponto de partida é o balanço, é necessário se verificar se os dados apresentados correspondem exatamente à realidade, se são dignos de confiança, pois é comum, em pequenas empresas, principalmente individuais, não haver muito critério em distinguir dos bens, despesas e dívidas da pessoa jurídica, os bens, despesas e dívidas da pessoa física.

Geralmente, ainda que exista uma relação entre elas, as operações particulares e comerciais dos proprietários de uma empresa devem ser mantidas estritamente separadas daquelas da empresa.

ESTRUTURA DO BALANÇO

Uma vez procedida a análise preliminar é necessário dar ao balanço, que geralmente não observa um padrão convencional, uma estrutura apropriada à análise.

O anexo I, mostra, a título de ilustração, um balanço simples, realizado de forma não convencional. A desvantagem dessa apresentação está em que não

agrupa devidamente os diferentes títulos do ativo, como tão pouco indica, no passivo, as diferentes fontes de financiamento.

No Balanço padrão os itens correspondentes ao ativo e passivo estão agrupados na seguinte forma:

ATIVO	PASSIVO
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>EXIGÍVEL A CURTO PRAZO</u> (- 180 dias)
Caixa	Fornecedores
Bancos	Duplicatas a pagar
	Credores diversos
<u>REALIZÁVEL A CURTO PRAZO</u> (- 180 DIAS)	Empréstimos
Duplicatas a receber	Impostos a pagar
Estoques	Títulos descontados
Banco c/ prazo fixo	
	<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u> (+ 180 dias)
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u> (+ 180 DIAS)	Empréstimos
Empréstimos	Títulos a pagar
Conta corrente de terceiros	Financiamentos
F. G. T. S.	
<u>IMOBILIZADO</u>	<u>NÃO EXIGÍVEL</u>
Imóveis	Capital
Instalações	Fundos
Máquinas, Equipamentos e Utensílios	Lucros suspensos
Depreciações (-)	<u>LUCROS E PERDAS</u>

AVALIAÇÃO DO ATIVO

- ATIVO FIXO (edifício, equipamentos e maquinaria) será avaliado pelo preço de compra ou de construção, deduzindo-se as depreciações anuais. São feitas a reavaliação com a aplicação de índices fornecidos pelo fisco.

- MATÉRIAS PRIMAS – serão avaliadas ao preço médio de compra.

- PRODUTOS – (acabados e em processamento) serão avaliados pelo custo de produção.

NORMAS PARA LOGRAR UM FINANCIAMENTO MAIS SADIO

A – O capital e as reservas, mais os empréstimos a longo prazo, deverão ser suficientes para financiar o ativo fixo.

B – O restante do capital e reservas, mais os empréstimos a longo prazo, deverão ser suficientes para cobrir, pelo menos até o seu nível mínimo, o ativo corrente (nível normal de estoques de mercadorias e contas a receber que são necessários para manter uma produção normal e contínua);

C – Empréstimos a curto prazo serão aplicados no resto do ativo corrente e do disponível.

Se aplicarmos estas normas no balanço em gráfico no anexo 2, pode-se chegar às seguintes conclusões:

- O ativo fixo (50.000) está quase coberto pelo capital mais o lucro (45.000). O restante (5.500) está coberto por empréstimos a longo prazo.

- O excedente dos empréstimos a longo prazo (24.000 – 5.500) é mais do que suficiente para financiar a parte mínima do ativo corrente (-15.000), que referidos empréstimos devem cobrir.

- O restante do ativo corrente $27.500 - (15.000 + 7.000) = 5.500$ e o ativo disponível (2.500) são cobertos pelos empréstimos a curto prazo (10.500).

Vale dizer que, neste caso, foram observadas as normas para se lograr um financiamento sadio.

Exemplo

No Anexo III detalha-se um balanço de uma fundição de cobre e alumínio. Esse balanço deverá ser refeito utilizando-se o esquema que se dá no Anexo IV.

- Os títulos do balanço original devem transportar-se para o formulário modelo (Anexo IV) localizando-os de forma adequada.

- Todos os valores devem ser arredondados em centenas, a fim de facilitar a análise (retificar as diferenças para que o ativo seja igual ao passivo).

- Se em alguns pagamentos antecipados forem efetuados encargos adiáveis (p. ex. prêmio de seguro) estes devem ser registrados no ativo.

- Não foram feitas reavaliações do ativo.

- O imposto de renda precisa ser calculado e deduzido do lucro.

LIQUIDEZ

Um registro indispensável para se obter créditos para desconto de duplicatas é que as obrigações a pagar sejam resgatadas no seu vencimento, isto é, deve-se dispor de dinheiro no momento necessário.

É, pois, importante que os itens de crédito do ativo sejam recebidos em tempo para que a empresa disponha de numerário suficiente para pagamento de seus compromissos. Portanto, a empresa deve se assegurar de que os prazos concedidos sejam fixados dentro destas condições.

Em outras palavras, a relação seguinte deve ser maior do que a unidade:

Disponível + créditos a curto prazo

Dívidas a curto prazo

No caso exposto no Anexo I esta relação representa:

$\frac{2.500 + 15.000}{10.500} = 1,67$, o que significa uma liquidez satisfatória.

10.500

ORÇAMENTO DE LIQUIDEZ

Aconselha-se orçar, na forma mais exata possível, as somas a receber e a pagar durante um período adiantado (p. ex. durante 6 meses ou um ano). Dessa maneira, pode-se ter uma idéia bastante exata da evolução da liquidez da empresa durante o mesmo período de tempo.

A seguir damos um exemplo do referido orçamento:

	Orçamento de Liquidez			
	<u>Janeiro</u>	<u>Fevereiro</u>	<u>Março</u>	<u>Abril</u>
A receber	1.540	1.110	950	1.980
A pagar	<u>1.216</u>	<u>1.250</u>	<u>1.180</u>	<u>1.130</u>
Superavit (=)	+ 324			+ 850
Deficit (-)		140	- 230	
Saldo de caixa				
No início do período	<u>+ 250</u>	<u>+ 574</u>	<u>+ 434</u>	<u>+ 204</u>
No fim do período	574	434	204	1.054

No exemplo observa-se um superávit real ao finalizar cada mês. Em muitos casos, todavia, o déficit é inevitável, especialmente quando o auge dos gastos sazonais não está devidamente coordenado com o auge de contas a receber.

Para cobrir esses déficits de períodos sazonais ou estações, um dos recursos pode ser a obtenção de empréstimos bancários a curto prazo. No Anexo V, damos um exemplo do orçamento de liquidez de uma empresa que sofre os efeitos de grandes oscilações sazonais.

RENTABILIDADE E ESTABILIDADE DA EMPRESA

Ao considerar as normas que devem ser aplicadas para a obtenção de um financiamento sadio, devemos esclarecer ainda mais qual a combinação apropriada entre os créditos a longo prazo e o capital (mais reservas, mais disponibilidades) da empresa. Desde o ponto de vista do financiamento do ativo, ambos os meios servem em maior ou menor grau o mesmo fim: financiar o ativo fixo e parte do ativo corrente.

A proporção real que existir entre os créditos a longo prazo e o capital depende, principalmente, de duas razões:

1^a) A rentabilidade do capital próprio: o capital investido pelo proprietário deve render lucros ótimos.

2^a) A estabilidade da empresa: o ritmo normal das operações deve ser assegurado, ainda quando, em dado momento, possa diminuir a marcha dos negócios. Deve dispor-se de um capital de giro próprio que seja suficiente para absorver as perdas sazonais (o capital de giro próprio está destinado a cobrir os riscos e tem, portanto, a “função de amortecedor”).

O efeito do ponto considerado em primeiro lugar só pode ser contrário ao do último. Está demonstrado no exemplo que figura no Anexo VI. Nele mostram-se quatro balanços de uma mesma fábrica em diferentes condições de trabalho.

1 – Ritmo comercial ágil, boa proporção de capital de giro próprio, rentabilidade razoável (20% s/ o capital próprio)

2 – Ritmo comercial ágil, sem participação de capital próprio no giro, rentabilidade boa (35% s/ o capital próprio)

3 – Ritmo comercial lento sem participação de capital próprio no giro, sem rentabilidade

4 – Ritmo comercial lento, sem participação de capital próprio no giro, com prejuízo.

Ao fazer-se uma comparação entre os casos 1 e 2, observa-se que em um ritmo comercial semelhante, no segundo caso a rentabilidade sobre o capital aplicado é maior; a 2^a empresa soube substituir corretamente a falta de capital com financiamento a longo prazo.

A comparação entre os casos 3 e 4 com ritmo comercial semelhante, mostra que a terceira empresa poderá resistir ainda, porque não apresenta prejuízo, enquanto a quarta é realmente dissolvente. Deve-se ter em conta que chegará um momento em que vencerão os empréstimos a longo prazo e que pode resultar impossível a sua prorrogação e a empresa não apresenta condições para substituí-los por outros.

O balanço adequado entre as duas fontes de capital (próprio e de terceiros) depende do gênero e tipo da empresa. Em regra geral, os bancos e outros fornecedores de crédito insistirão, logicamente, em que deve existir uma proporção razoável entre o capital próprio e o capital obtido mediante empréstimos; normalmente exigir-se-á uma relação 1/1 pelo menos.

Deve-se também observar que nem sempre a inversão de menor capital próprio equivale a obter-se maior rentabilidade. Isto depende somente da taxa de juros e da taxa de lucro sobre o capital.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE LUCROS E PERDAS

Para se proceder a análise é indispensável que o balanço patrimonial seja acompanhado da demonstração de lucros e perdas.

Na demonstração de lucros e perdas acham-se resumidas todas as receitas, que aparecem no crédito, contra todos os custos que ocorreram no período e que aparecem no débito. O lucro ou o prejuízo é obtido pela diferença.

A seguir damos um exemplo simplificado:

Demonstração de Lucros e Perdas

Custos das Vendas	60.000,00	Total das Vendas	95.000,00
Desp. Administrativas	10.000,00	<u>Receitas</u> não operacionais	5.000,00
“ Financeiras	5.000,00		
“ Tributárias	5.000,00		
Provisões	10.000,00		
Lucro	<u>10.000,00</u>		
	100.000,00		100.000,00

O título “receitas não operacionais” engloba as receitas oriundas de outros itens, como por exemplo, juros cobrados de clientes, recuperação de despesas, etc... que são contabilizados em separado para não desvirtuar os resultados obtidos com a produção e facilitar a comparação com períodos anteriores.

CONDIÇÕES GERAIS PARA REDUZIR A NECESSIDADE DE EMPRÉSTIMOS

Antes de buscar empréstimos para giro ou investimento fixo é necessário uma análise das aplicações que a empresa está dando aos recursos que já estão a sua disposição.

Cabe então proceder esta análise sob dois aspectos:

- Verificar se todos os investimentos fixos estão sendo necessários para o seu normal funcionamento ou se há investimento supérfluo em bens que devam ser vendidos.
- Verificar se o montante aplicado em giro não pode ser reduzido, como por exemplo, estoque excessivamente elevado, prazos de vendas muito longos, ineficiência nas cobranças, etc...

EMPRÉSTIMOS A CURTO E LONGO PRAZO

Justifica-se a utilização de créditos a curto prazo sempre que se destinem aos seguintes fins:

- a) financiar déficits temporários de recursos (p. ex. picos sazonais)

b) financiar maiores estoques de matérias primas, sempre que seu incremento seja devido a uma maior produção (p. ex. um acentuado aumento sazonal de pedidos)

c) financiar os créditos concedidos aos clientes, desde que haja segurança na sua cobrança.

Os créditos a curto prazo tem sempre seu custo mais elevado. Como mais Comuns, podemos destacar os seguintes:

1 – Créditos de fornecedores: quando fazemos uma compra com prazo de 30 dias para pagamento, na realidade o fornecedor está nos concedendo um empréstimo no valor da duplicata correspondente a esta compra durante um mês. Contudo, este empréstimo não é sem custo. Esse custo é igual a diferença entre o preço da mercadoria à vista e à trinta dias, é muito comum encontrar-se taxas de descontos para pagamentos antes do vencimento, como por exemplo, pago líquido dentro de 30 dias, 2% de desconto para pagamento até 10 dias da data. Isto significa que a empresa está pagando 2% por 20 dias, ou seja 36% a. a.

2 – Créditos Bancários: os créditos bancários a curto prazo para empresas industriais são concedidos mediante descontos de duplicatas. Estes descontos são concedidos para financiamento das vendas, compras de matérias primas e pagamento de impostos.

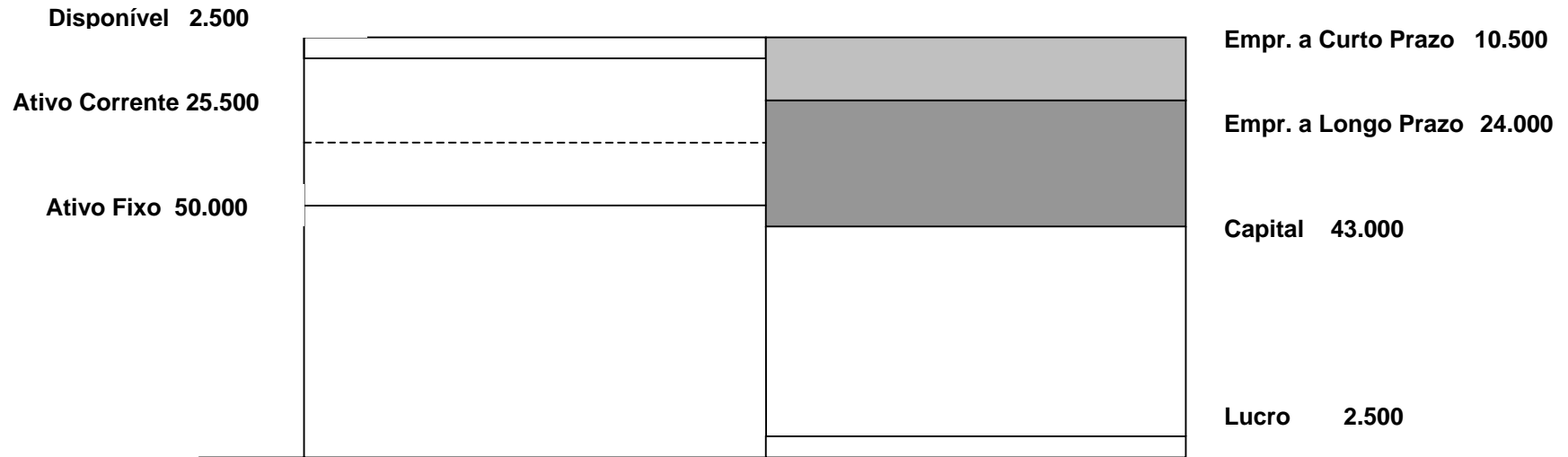
Os empréstimos a longo prazo sempre exigem garantias reais. Deve-se recorrer a esses empréstimos para investimentos fixos cujo retorno depende do lucro da empresa. Também esses empréstimos têm custos menores do que empréstimos a curto prazo.

É importante se ter em mente que não se deve financiar itens de conversão com empréstimos exigíveis a curto prazo.

Folha de Balanço do tipo Comum

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	500	Empréstimo Bancário	5.000
Bancos	2.000	Capital	43.000
Edifícios	25.000	Credores	5.500
Contas a receber	15.000	Empréstimos sob hipoteca	24.000
Ferramentas	5.000	Lucro	2.500
Máquinaria	20.000		
Estoques	<u>12.500</u>		
	80.000		80.000

ASSUNTO: FINANCIAMENTO



Balço em 31/12/1973, de uma Fundiço de Cobre e Alumnio

Caixa	7.110,00	Fornecedores	82.970,00
Bancos	4.400,00	Contas correntes	3.960,00
Duplicatas a receber	112.020,00	INPS a recolher	19.970,00
Estoque mat. prima	24.730,00	Impostos a recolher	14.570,00
Produtos em processo	19.670,00	Capital	157.000,00
Produto acabado	6.460,00	Depreciaço do edifcio	9.500,00
Adiantamento a fornecedores	8.150,00	Depr. Maq. e equip.	4.500,00
Máquinas e Equipamentos	44.460,00	Lucro	<u>30.000,00</u>
Ferramentas	1.030,00		
Edifcios	<u>94.440,00</u>		
	322.470,00		322.470,00

ESQUEMA PARA BALANÇO

I. <u>Ativo Disponível</u>	CR\$	Cr\$	IV. Empréstimos a curto prazo		
1. Caixa, bancos, giros bancários Total I		1. Bancários	
II. <u>Ativo Corrente</u>			2. Empréstimos s/ títulos a ações	
1. Matérias primas		3. Empréstimos c/ outras garantias	
2. Produtos em processo		4. Adiantamentos outorgados para empresas financiadoras		
3. Produtos terminados	5. Obrigações a pagar em quotas	
4. Material para embalagem		6. Fornecedores	
5. Contas a receber		7. Adiantamento de clientes	
6. Duplicatas a receber Total de contas a receber		8. Imposto de renda	
7. Credores duvidosos		9. ICM
8. Adiantamentos a fornecedores		10. INPS	
9. Inversões			11. F.G.T.S.	
10. Despesas diferidas Total II			12. Transitórios		
III. <u>Ativo Fixo</u>			Total IV		
1. Edifícios	V. <u>Empréstimos a longo prazo</u>	
2. Depreciação de 1 (-)	1. Hipotecas	
3. Móveis e utensílios	2. Empréstimos de financeiras	
4. Equipamentos e ferramentas	3. Empréstimos bancários	
5. Maquinaria Total do equipamento de fábrica	Total V		
6. Depreciação de 3, 4 e 5 (-)	VI. <u>Capital + Reservas</u>	
7. Veículos		1. Capital do proprietário	
8. Depreciação de 7 (-)	2. Reservas (para uso geral)	
9. Ações não cotizáveis, participações		3. Reservas (para uso determinado)		
10. Valor ponto		4. Provisão p/ devedores duvidosos	
11. Amortização de 10 (-) Total III	Total VI		
Total dos itens I, II, III do Ativo		Total do passivo IV + V + vi	

PROGNÓSTICO DE LIQUIDEZ

Mês	Caixa, Bancos	Emprést. bancário	Receita	Despesa	Superavit	Deficit	Caixa /Bancos	Empréstimo bancário
Outubro	10.000	-	8.000	Dívidas 3.900	-	1.900	8.100	-
				Gastos 6.000				
				9.900				
Novembro	8.100	-	6.000	Dívidas 550	-	550	7.550	-
				Gastos 6.000				
				6.500				
Dezembro	7.550	-	750	Dívidas 10.000	-	15.250	-	7.700
				Gastos 6.000				
				16.000				
Janeiro	-	7.700	15.000	Dívidas 10.300	-	1.300	-	9.000
				Gastos 6.000				
				16.300				
Fevereiro	-	9.000	19.000	Dívidas 17.000	-	4.000	-	13.000
				Gastos 6.000				
				23.000				
Março	-	13.000	27.500	Dívidas 19.500	2.000	-	-	11.000
				Gastos 6.000				
				25.500				
Abril	-	11.000	33.000	Dívidas 31.500		4.500	-	15.500
				Gastos 6.000				
				37.500				
Maio	-	15.500	52.000	Dívidas 22.000	24.000		8.500	
				Gastos 6.000				
				28.000				

RENDIMENTO E RENTABILIDADE**4 Balanços**

1. ATIVO		PASSIVO	
I - Ativo Disponível	20.000	IV - Passivo a curto prazo	10.000
II - Ativo Corrente	40.000	V - Passivo a longo prazo	30.000
III - Ativo Fixo	40.000	VI - Capital	50.000
	-----	VII - Lucro	<u>10.000</u>
	100.000		100.000
2. ATIVO		PASSIVO	
I - Ativo Disponível	17.000	IV - Passivo a curto prazo	3.000
II - Ativo Corrente	23.000	V - Passivo a Longo Prazo	30.000
III- Ativo Fixo	60.000	VI - Capital	50.000
	-----	VII- Lucro	<u>17.000</u>
	100.000		100.000
3. ATIVO		PASSIVO	
I - Ativo Disponível	15.000	IV - Passivo a curto prazo	20.000
II - Ativo Corrente	10.000	V - Passivo a longo prazo	30.000
III – Ativo Fixo	75.000	VI - Capital	50.000
	-----	VII- Lucro	<u>- 0 -</u>
	100.000		100.000
4. ATIVO		PASSIVO	
I - Ativo Disponível	12.000	IV - Passivo a curto prazo	10.000
II – Ativo Corrente	10.000	V - Passivo a longo prazo	48.000
III- Ativo Fixo	78.000	VI - Capital	50.000
	-----	VII - Lucro	<u>- 8.000</u>
	100.000		100.000